



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2022

Processo Licitatório nº: 12.707/2020

Processo de Impugnação nº: 14.199/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de informática a fim de prestar serviços de solução Web integrada para Gestão da Saúde Pública, com licença de uso de software OU Open Source, para implantação, treinamento e manutenção para atender as necessidades das seguintes áreas: Regulação, Atenção Básica, Gestão Hospitalar, Vigilância em Saúde e Gestão Administrativa, contemplando as seguintes funcionalidades dos respectivos módulos descritos neste Termo de Referência: Almoxarifado, Aplicativo Mobile, Atenção Básica, Business Intelligence, Cadastro, Centro Cirúrgico, Consultas, Emergência, Exames, Farmácia, Faturamento, Internação, Portal da Transparência, Prontuário Eletrônico do Paciente e Registro de Ponto Mobile, Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária, Ordem Judicial, TFD, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

IMPUGNANTE: MV SISTEMAS LTDA.

IMPUGNADO: EDITAL

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **MV SISTEMAS LTDA**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma **tempestivamente**, contra os termos do **Edital Pregão Eletrônico n.º 070/2022**.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova



Comissão de Pregão III

Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. **DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. **DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

A impugnante sucintamente alega que o disposto no edital *“A licitante vencedora deverá de imediato atender a 100% das características tecnológicas da solução e 80% (oitenta por cento) dos itens constantes de cada módulo, sendo-lhe concedido o prazo de 120 (cento e vinte) dias para a se adequar e/ou desenvolver no que se pede em algum módulo, porventura não desenvolvido no sistema”*, aduz que, ***“...o prazo de implantação envolvendo todos os serviços como instalação dos sistemas, treinamentos, operação assistida não é exequível para um município de 191.664 habitantes (IBGE) e com uma rede de saúde com 39 estabelecimentos dentro deles 2 hospitais.”***

A impugnante alega ainda que *“...porém, analisando-se o TR, não existe uma descrição pormenorizada das características técnicas das funcionalidades que a solução de software deve ofertar, apenas apresentando uma breve descrição do nome da funcionalidade...”*

Por fim, cita entendimentos doutrinários e requer.



Comissão de Pregão III

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Requer a impugnante que:

“ ... seja reformulado o Instrumento Convocatório, para que sejam suprimidos e/ou esclarecidos os subitens expostos acima, resguardando-se, assim, a lisura do presente procedimento licitatório.”

IV. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da



Comissão de Pregão III

razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Dito isso, passa-se a análise do mérito da impugnação interposta pela empresa **MV SISTEMAS LTDA.**

Inicialmente cumpre destacar que, esta pregoeira diligenciou ao setor responsável, tendo em vista tratar-se de questões técnicas, na forma que dispõe o **subitem 25.5 do edital**, diante das alegações trazidas.

Após análise das alegações da impugnante, o responsável técnico na pessoa do Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicações, Sr. José Cláudio Combat Vieira concluiu:

“...que não há fundamentação ou evidências das narrativas apresentadas pela empresa em apoio de suas alegações e afirmações, pois todo o processo de confecção e elaboração do Termo de Referência foi feito com estudos técnicos, considerando os riscos e prazos de sua execução, observando sempre a livre concorrência, destacando sempre o bem estar da população, onde a mesma não poderá ficar à espera por um longo período, aguardando o desenvolvimento de programas, já que existem no mercado diversos modelos e variantes de softwares em sistemas de saúde prontos, que podem atender ou serem adequados às necessidades da secretaria municipal de saúde..”

V. **DA DECISÃO DA PREGOEIRA**

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pelo parecer técnico exarado pelo Sr. José Cláudio Combat Vieira (documento em anexo), e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da impugnação interposta pela empresa **MV SISTEMAS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 070/2022, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pela alteração do Edital em comento.



Comissão de Pregão III

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 07 de junho de 2022.

Eliza Souza Machado
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matrícula: 106.380